

PARTE I - ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA)

01. A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre:

- (A) os deveres da Criança e do Adolescente.
- (B) a proteção integral à criança e ao adolescente.
- (C) a convivência familiar, comunitária e escolar de crianças e adolescentes.
- (D) a acessibilidade urbana de crianças e adolescentes.

02. Nos casos expressos Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, aplica-se excepcionalmente o Estatuto da Criança e do Adolescente:

- (A) às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.
- (B) às pessoas entre dezenove e vinte e dois anos de idade.
- (C) às pessoas entre dezesseis e vinte e um anos de idade.
- (D) às pessoas entre quatorze e dezoito anos de idade.

03. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada:

- (A) no máximo, a cada 2 (dois) meses.
- (B) no máximo, a cada 3 (três) meses.
- (C) no máximo, a cada 6 (seis) meses.
- (D) no máximo, a cada 9 (nove) meses.

04. Assinale a alternativa correta quanto ao Direito à Convivência Familiar e Comunitária conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente.

- (A) A criança e o adolescente em programa de acolhimento institucional ou familiar não poderão participar de programa de apadrinhamento.
- (B) A falta ou a carência de recursos materiais constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.
- (C) Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.
- (D) Apenas pessoas físicas e não jurídicas podem apadrinhar criança ou adolescente, a fim de colaborar para o seu desenvolvimento.

05. Assinale a alternativa correta quanto ao que corresponde à comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes, conforme expressa o Estatuto da Criança e do Adolescente.

- (A) Família substituta.
- (B) Rearranjos familiares.
- (C) Família monoparental.
- (D) Família natural.

06. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, o que obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais?

- (A) Família substituta.
- (B) Adoção.
- (C) Guarda.
- (D) Tutela.

07. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa:

- (A) tutela.
- (B) apadrinhamento.
- (C) guarda.
- (D) adoção.

08. Quanto ao Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente é correto afirmar.

- (A) É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.
- (B) A proteção ao trabalho dos adolescentes é regulada por legislação geral dos trabalhadores brasileiros.
- (C) Ao adolescente até dezesseis anos de idade é assegurada bolsa de aprendizagem.
- (D) Entende-se por trabalho educativo a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao aspecto produtivo prevalecem sobre o desenvolvimento pessoal e social do educando.

09. Assinale a alternativa correta que se refere à conduta descrita como crime ou contravenção penal, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente.

- (A) Conflitos geracionais.
- (B) Ato infracional.
- (C) Flagrante delito.
- (D) Desvio de conduta perigosa.

10. Quanto às Medidas Socioeducativas, assinale a alternativa correta ao que corresponde à medida que consistirá em admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada.

- (A) Obrigação de reparar o dano.
- (B) Prestação de serviços à comunidade.
- (C) Inserção em regime de semiliberdade.
- (D) Advertência.

11. Segundo a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, da internação como medida socioeducativa, é correto afirmar.

- (A) Não será permitida a realização de atividades externas aos adolescentes, salvo expressa determinação judicial em contrário.
- (B) A medida comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada três meses.
- (C) Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a três anos.
- (D) Em qualquer hipótese a desinternação será precedida de autorização judicial, ouvido o Conselho Tutelar.

12. Assinale a alternativa correta que corresponde ao órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado, pela sociedade, de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

- (A) Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA.
- (B) Conselho Tutelar.
- (C) Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE.
- (D) Fórum Nacional Permanente de Entidades Não Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - Fórum DCA.

13. Quanto à escolha dos Conselheiros Tutelares, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar.

- (A) O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será estabelecido em lei municipal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a fiscalização do Ministério Público.
- (B) O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 2 (dois) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.
- (C) No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é permitido ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.
- (D) A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 15 de março do ano subsequente ao processo de escolha.

14. Conhecer de representações promovidas pelo Ministério Público, para apuração de ato infracional atribuído ao adolescente, aplicando as medidas cabíveis é uma das competências do(a):

- (A) Justiça da Infância e da Juventude.
- (B) Conselheiro Tutelar.
- (C) Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS.
- (D) Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA.

15. A quem compete conceder a remissão como forma de exclusão do processo, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente:

- (A) Conselho Tutelar.
- (B) Ministério Público.
- (C) Defensoria Pública.
- (D) Conselho Estadual dos Direitos de Crianças e Adolescentes.

16. Assinale a alternativa correta quanto ao que define o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

- (A) É responsável por deliberar sobre a política de atenção à infância e à adolescência, pautado sempre no princípio da democracia participativa. Tem buscado cumprir seu papel normatizador e articulador, ampliando os debates e sua agenda para envolver efetiva e diretamente os demais atores do Sistema de Garantia dos Direitos.
- (B) É o conjunto de normas do ordenamento jurídico brasileiro que tem como objetivo a proteção integral da criança e do adolescente, aplicando medidas e expedindo encaminhamentos para o juiz. É o marco legal e regulatório dos direitos humanos de crianças e adolescentes.
- (C) Sistema integrado, articula os três níveis de governo para o desenvolvimento de programas de atendimento, considerando a intersetorialidade e a corresponsabilidade da família, comunidade e Estado.
- (D) Instrumento de controle que transfere para o Estado a tutela dos menores inadaptados e justifica a ação dos aparelhos repressivos.

17. Segundo o ECA, o Direito à Vida e à Saúde para crianças e adolescentes é assegurado a todas as mulheres, como também o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde. O atendimento pré-natal será realizado por profissionais:

- (A) da proteção social básica e especial.
- (B) da atenção terciária.
- (C) da atenção secundária.
- (D) da atenção primária.

18. De acordo com o ECA, a criança e o adolescente com deficiência serão atendidos, sem discriminação ou segregação, em suas necessidades gerais de saúde e específicas de:

- (A) habilitação e reabilitação.
- (B) acessibilidade e recuperação.
- (C) tratamento e adaptação.
- (D) prótese e habilitação.

19. Assinale a alternativa correta quanto ao dever do Estado no que concerne ao Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer.

- (A) Tem a obrigação de matricular as crianças na rede regular de ensino.
- (B) Tem o dever de comunicar ao Conselho Tutelar os casos de maus-tratos envolvendo os alunos.
- (C) Assegurar o Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.
- (D) Escolher os membros do Conselho Tutelar cujo propósito é comunicar os elevados níveis de repetência.

20. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, corresponde à ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente:

- (A) violência sexual.
- (B) tratamento cruel ou degradante.
- (C) castigo físico.
- (D) constrangimento.

PARTE II – LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (LOAS)

21. Assinale a alternativa correta, conforme a LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social, sobre qual o programa de caráter intersetorial, integrante da Política Nacional de Assistência Social, que, no âmbito do SUAS, compreende transferências de renda, trabalho social com famílias e oferta de serviços socioeducativos para crianças e adolescentes que se encontrem em situação de trabalho.

- (A) Programa Bolsa Família.
- (B) Cadastramento Único.
- (C) Programa Primeira Infância.
- (D) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

22. De acordo com a Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. Assinale a alternativa que corresponde a esse direito.

- (A) Benefício Eventual.
- (B) Benefício de Prestação Continuada.
- (C) Serviço de convivência familiar e comunitária.
- (D) Programa Criança Feliz.

23. De acordo com a Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a Assistência Social organiza-se por tipos de proteção. Assinale a alternativa correta ao que corresponde ao conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

- (A) Proteção primária.
- (B) Proteção básica.
- (C) Proteção especial.
- (D) Proteção de alta e média complexidade.

24. De acordo com a Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, qual a unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.

- (A) Centro de Referência para População em Situação de Rua - Centro POP.
- (B) Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.
- (C) Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS.
- (D) Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).

25. De acordo com a Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social é instrumento das proteções da assistência social que identifica e previne as situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território:

- (A) vigilância socioassistencial.
- (B) Sistema Único de Assistência Social (SUAS).
- (C) serviços socioassistenciais.
- (D) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).

26. De acordo com a LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social, assinale a alternativa correta correspondente ao tipo de entidades que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de prestação social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, nos termos desta Lei, e respeitadas as deliberações do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

- (A) Entidades de assessoramento.
- (B) Entidades de atendimento.
- (C) Entidades filantrópicas.
- (D) Entidades de defesa e garantia de direito.

27. Conforme a LOAS, a gestão das ações na área de assistência social fica organizada sob a forma de:

- (A) Sistema de proteção social primária e secundária.
- (B) Sistema de proteção social básica e especial de alta complexidade.
- (C) Sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (SUAS).
- (D) Sistema participativo de assistência social e cidadania.

28. De acordo com a LOAS, são unidades públicas estatais instituídas no âmbito do SUAS, que possuem interface com as demais políticas públicas e articulam, coordenam e ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social.

- (A) Unidades básicas de saúde e de assistência social.
- (B) Unidades de Pronto Atendimento.
- (C) Centros de convivência e casas de acolhimento.
- (D) Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

29. Assinale a alternativa correta que corresponde ao órgão superior de deliberação colegiada, vinculado à estrutura do órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social, cujos membros, nomeados pelo Presidente da República têm mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período.

- (A) Colegiado Nacional de Gestores da Assistência Social.
- (B) Fórum Nacional de Secretários de Estado da Assistência Social (Fonseas).
- (C) Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).
- (D) Fórum Governamental da Assistência Social.

30. De acordo com a LOAS, assinale a alternativa que se refere ao Serviço que integra a proteção social básica e consiste na oferta de ações e serviços socioassistenciais de prestação continuada, nos CRAS, por meio do trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de prevenir o rompimento dos vínculos familiares e a violência no âmbito de suas relações, garantindo o direito à convivência familiar e comunitária.

- (A) Serviço integral das crianças na primeira infância.
- (B) Serviço de Erradicação do Trabalho Infantil.
- (C) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI).
- (D) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).

PARTE III – REGIME JURÍDICO DOS CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE SOBRAL

31. No que diz respeito às atribuições dos Conselheiros Tutelares, assinale a afirmativa com conteúdo que se coaduna com o previsto na Lei Municipal nº 1865/2019.

- (A) Atender e aconselhar os pais ou familiares.
- (B) Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou civil contra os direitos da criança ou adolescente.
- (C) Encaminhar à autoridade administrativa os casos de sua competência.
- (D) Requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.

32. Marque o item correto.

- (A) Uma das diretrizes do Conselho Tutelar do Município de Sobral é o envio mensal de dados acerca da situação da infância e adolescência referentes aos atendimentos realizados pelo Conselho Tutelar ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e para a Secretaria dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social.
- (B) O Regimento Interno do Conselho Tutelar deverá regulamentar as escalas de sobreaviso, devendo ser observada a garantia de rodízio entre os Conselheiros Tutelares.
- (C) É proibido aos Conselheiros Tutelares, quando em regime de sobreaviso, encontrar-se em local que não seja possível sua localização por meio de telefone (fixo ou móvel), impedindo assim o contato para realização de atendimento.
- (D) Os Conselhos Tutelares funcionarão em 03 (três) turnos, em uma jornada de 08 (oito) horas diárias e em regime de sobreaviso.

33. Identifique o item correto acerca dos procedimentos que devem ser adotados pelos Conselheiros Tutelares.

- (A) Praticar todos os atos procedimentais administrativos necessários à apuração dos fatos e que sejam exigidos por Lei.
- (B) De cada procedimento de comprovação de situação de ameaça ou violação de direitos, os Conselheiros Tutelares elaborarão relatório circunstanciado que poderá integrar e fundamentar sua decisão.
- (C) Quando o fato se constituir em ato infracional atribuído ao adolescente, o Conselho Tutelar informará o caso à autoridade competente.
- (D) Quando constatar que a matéria não é da sua atribuição, o Conselheiro Tutelar suspenderá suas apurações e encaminhará o relatório ao órgão do Ministério Público.

34. Assinale a afirmativa que contém a competência legal do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Sobral.

- (A) Expedir resoluções acerca do Processo de Escolha.
- (B) Constituir a Comissão Permanente Organizadora do Processo de Escolha.
- (C) Registrar as candidaturas encaminhadas pela Comissão Especial Organizadora do Processo de Escolha.
- (D) Publicar o resultado final geral do pleito, bem como proclamar os eleitos.

35. Com relação ao Processo de Escolha dos Conselheiros, aponte a alternativa incorreta.

- (A) Apresentada a defesa e as provas pelo candidato, os autos serão submetidos à Comissão Especial Organizadora do Processo de Escolha para decisão, a qual deverá fazê-lo no prazo de 03 (três) dias, publicando-a no Diário Oficial do Município.
- (B) O candidato que tiver sua inscrição impugnada será intimado, através do Diário Oficial do Município, para apresentar defesa escrita no prazo de 03 (três) dias, caso queira.
- (C) As impugnações, devidamente fundamentadas e acompanhadas de provas, podem ser apresentadas, no prazo previsto de 03 (três) dias úteis, pelo Ministério Público ou por qualquer cidadão.
- (D) Da decisão da Comissão Especial Organizadora do Processo de Escolha caberá recurso ao colegiado do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 03 (três) dias, que decidirá em igual prazo, publicando-se a decisão final no Diário Oficial do Município.

36. Considerando os direitos e as vantagens dos Conselheiros Tutelares, marque a opção correta.

- (A) O afastamento do Conselheiro Tutelar de suas atividades laborais por motivo de saúde observará as regras estabelecidas pelo regime próprio de previdência social da Prefeitura de Sobral.
- (B) O subsídio dos membros do Conselho Tutelar será reajustado em data específica e por índice distinto do de revisão geral dos servidores públicos do Município de Sobral.
- (C) O servidor municipal afastado só poderá reassumir o cargo, emprego ou função de origem após o término do mandato de Conselheiro Tutelar, garantido o direito de contagem do tempo de serviço para todos os efeitos legais, salvo promoção na carreira.
- (D) A função de conselheiro tutelar é temporária e não implica vínculo empregatício com o Município, sendo que os direitos, deveres e prerrogativas básicas decorrentes do efetivo exercício obedecerão ao disposto na Lei Municipal nº 1865/2019.

37. Assinale a opção que não revela hipótese de convocação de suplente de Conselheiro Tutelar.

- (A) Quando ocorrer a vacância da função de Conselheiro Tutelar.
- (B) Quando as licenças a que fazem jus os titulares excederem a 60 (sessenta) dias.
- (C) Na hipótese de afastamento não remunerado previsto na Lei Municipal nº 1865/2019.
- (D) Para o exercício temporário da função em regime de plantão, conforme regulamentação do Chefe do Poder Executivo.

38. Aponte a assertiva que não apresenta vedação legal cometida ao Conselheiro Tutelar.

- (A) Aplicar medida de proteção contrariando a decisão colegiada do Conselho Tutelar.
- (B) Retirar, sem prévia anuência por escrito do colegiado, qualquer documento ou objeto do Conselho Tutelar.
- (C) Ausentar-se, justificadamente, do serviço durante o horário regular de funcionamento e nos horários de sobreaviso.
- (D) Proceder de forma desidiosa.

39. Marque a opção que não configura hipótese de aplicação da penalidade de destituição da função de Conselheiro Tutelar, de acordo com o previsto na Lei Municipal nº 1865/2019.

- (A) Condenação pela prática de crime culposo, contravenção penal ou pela prática de infrações administrativas previstas na Lei nº 8.069/90.
- (B) Inassiduidade habitual, entendida como a falta injustificada ao serviço por mais de 20 (vinte) dias, interpoladamente, durante o período de 12 (doze) meses.
- (C) Recebimento, em razão do cargo, de comissões, honorários, gratificações, emolumentos ou vantagens de qualquer espécie.
- (D) Acumulação ilegal de cargos ou funções públicas.

40. Marque o item incorreto.

- (A) Os conselheiros tutelares, no exercício do seu mandato, não poderão ser candidatos a nenhum outro cargo eletivo.
- (B) Fica proibido aos conselheiros tutelares, nos 03 (três) meses que antecedem ao pleito, valer-se do mandato para a concessão de benefícios dos governos municipal, estadual e federal, em especial o Bolsa Família.
- (C) As despesas decorrentes da Lei Municipal nº 1865/2019 correrão por conta de recursos contemplados em dotações orçamentárias próprias ou pela cobertura de créditos adicionais.
- (D) Para o cumprimento do regime de plantão, deverão ser convocados os Conselheiros Tutelares titulares, os quais farão jus à percepção de valor pecuniário por plantão efetivamente trabalhado, na forma do regulamento.